

UM DIÁLOGO ENTRE A PSICOLOGIA E A EDUCAÇÃO: OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO ENSINO SUPERIOR

Iana Fernandes Caldas (Graduada em psicologia Universidade Potiguar - UNP, Pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional – FLATED, Pós-graduada em Educação Inclusiva e Especial – FAVENI, Pós-graduada em Terapia cognitivo comportamental – FATEC, Pós-graduada em Neuropsicologia pelo Instituto Genus)
Marta Betânia de Freitas Lima (Graduada do Curso de Psicologia da Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar – FACEP)
Cícero Otávio de Lima Paiva (Orientador)

Email: cicero.otavio@hotmail.com, iana.fernandesc@gmail.com, profa.martabetania@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A prática da inclusão traz em sua origem muitos desafios por envolver diversos segmentos, alguns desses podem até se apresentar mais desafiadores que outros e um desses cenários é a educação superior. A seguinte temática visa discutir a inclusão dos alunos com deficiência física no ensino superior, conforme reza o disposto no artigo 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Tendo como problemática a busca por entender como vem acontecendo o processo de inclusão do deficiente físico no ensino superior mediante aos seus direitos. Como objetivo busca-se abordar as leis vigentes no Brasil para inclusão do deficiente físico no espaço educacional, descrevendo de que forma vem sendo discutida pelo espaço do ensino superior, os processos inclusivos deste aluno, conhecer a forma que tem se desenvolvido os processos de inclusão do deficiente físico no ensino superior. Esta pesquisa justifica-se como forma de incentivar a inclusão dos alunos com deficiência física no ensino superior, devido a pequena parcela de alunos que conseguem concluir o ensino regular e, por conta disso, poucos ingressam na Universidade.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para tanto a pesquisa será provinda de uma revisão bibliográfica com análise qualitativa, de acordo com a coleta de material metodológico e discussão dos dados. (Gil, 2010) Justifica-se como forma de incentivar a inclusão dos alunos com deficiência física no ensino superior, devido a pequena parcela de alunos que conseguem concluir o ensino regular e, por conta disso, poucos ingressam na Universidade. Como referencial base teórica utilizamos Sanches e Arruda (2014), Carvalho (2000), Barreto e Almeida (2014), dentre outros que versam sobre a educação inclusiva; tratamos também da fundamentação legal como a Declaração de Salamanca, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394 (1996) e, a Constituição Federal (1988).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

É necessário considerar vários fatores dentre eles, institucionais, familiares, docentes e pessoais quando se fala em inclusão. (Santos, Nascimento, Gomes e Dolabella (2021).

Segundo Dolabella (2021), alguns dos problemas e dificuldades que estão relacionadas aos processos inclusivos no ensino superior está entre o preparo do didático do professores que muitas vezes não tem formação suficientes para lidar com a demanda da inclusão que vem crescendo cada vez a cada dia. Além disso, considerando dificuldades no aprendizado, tanto professores quanto gestão escolar frente as formas de lidar com esses processos inclusivos, pois falar de inclusão, não é tornar a instituição acessível, mas trazer um ambientes incluso de forma social de forma geral e humanizada.

Santos (2021) também ressalta a grande importância do apoio familiar nesse processo da inclusão do aluno no ensino superior, visto que o suporte socioemocional tem uma ligação direta com os processos de aprendizagem e motivação no quesito de manter-se presente nos espaços educacionais.

4. CONCLUSÃO

Frente ao exposto, esperamos que esse estudo possa permitir à comunidade acadêmica, escolar e à sociedade em geral (re)conhecer e importância da inserção dos alunos com deficiência física no Ensino Superior; e possa contribuir para os estudos acadêmicos na área da inclusão.

5. REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência a Republica, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 - **Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE**.
- CARVALHO, Edler Rosita. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediações, 2000.
- SANCHES, Patrícia Aparecida Squarça; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. Educação Especial: inclusão que gera a exclusão. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v. 5, n. 1, 2014. Disponível em: http://docs.uninove.br/artefac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Patricia.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.
- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (5a ed.), Atlas, 2010.
- SANTOS, Carlos Felipe Nunes; NASCIMENTO, Luiz Fernando de Jesus; Gomes, Ana Carolina Amado; DOLABELLA, Silvio Santana. Problemas e estratégias do processo de inclusão de Alunos com deficiência no Brasil: uma revisão Integrativa. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2817>.